Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large 'P', 'RR', and 'Macedo'.

BALANÇO DO PERÍODO
DE 2013

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA
BALANÇO REDUZIDO (IES) em 31 de DEZEMBRO de 2013

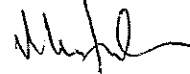
Data: 2013/12/31
Unidade Monetária (EUR)

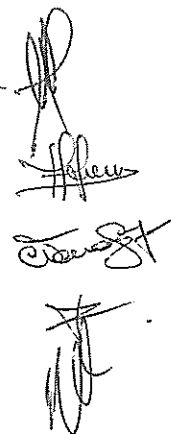
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2013	2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		3.294.731,72	3.331.362,06
Activos intangíveis		11.790,31	2.038,10
		3.306.522,03	3.333.400,16
Activo corrente			
Inventários		38.823,03	28.256,08
Clientes		107.129,27	92.335,80
Estado e outros entes públicos		3.285,54	3.285,54
Outras contas a receber		192.360,88	111.258,38
Outros activos financeiros		250.000,00	
Caixa e depósitos bancários		850.010,33	922.533,43
		1.441.609,05	1.157.669,23
Total do Activo		4.748.131,08	4.491.069,39
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		492.601,98	492.601,98
Excedentes técnicos			
Reservas		7.182,69	7.182,69
Resultados transitados		1.660.081,39	1.311.362,13
Excedentes de revalorização		621.665,11	621.665,11
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.239.008,63	1.142.143,47
		4.020.539,80	3.574.955,38
Resultado líquido do período		121.191,46	348.719,26
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL		4.141.731,26	3.923.674,64
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		182.863,99	82.622,10
Estado e outros entes públicos		26.268,91	22.788,74
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros / sócios			
Financiamentos obtidos			100.000,00
Outras Contas a pagar		390.755,10	355.472,09
Diferimentos		6.511,82	6.511,82
		606.399,82	567.394,75
Total do Passivo		606.399,82	567.394,75
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.748.131,08	4.491.069,39

O TÉCNICO DE CONTAS



O PROVEDOR





**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
LÍQUIDOS**

DO PERÍODO DE 2013

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA

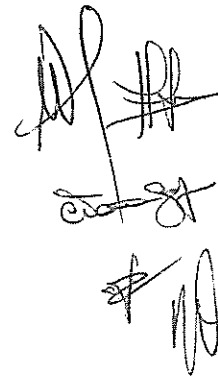
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2013

Data: 2013/12/31

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Unidade Monetária (EUR)	
		PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados		790.321,14	742.074,32
Subsídios, doações e legados à exploração		1.437.437,36	1.359.094,34
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-390.143,76	-310.494,98
Fornecimento e serviços externos		-451.700,32	-431.564,75
Gastos com o pessoal		-1.218.536,46	-1.140.819,65
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Outros rendimentos e ganhos		169.097,33	262.458,46
Outros gastos e perdas		-15.685,61	-39.202,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		260.789,68	441.544,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-141.797,75	-131.840,39
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		118.991,93	309.704,59
Juros e gastos similares obtidos		4.082,36	40.241,36
Juros e gastos similares suportados		-1.882,83	-1.226,69
Resultado líquido do período		121.191,46	348.719,26

O TÉCNICO DE CONTAS

O PROVEDOR

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones.

RESULTADOS POR VALÊNCIAS

2013

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA

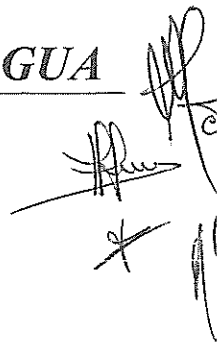
Contas	VALÊNCIAS	0 CRECHE	1 LAR DE IDOSOS	2 A.T.L.	3 CENTRO DIA	4 S.A.F. DE FALA
71	Vendas		32.540,66			
72	Prestações	24.441,25	349.270,51	52.479,46	72.296,56	0,00
721	Matrículas e mensalidades	24.441,25	334.712,01	52.479,46	72.296,56	
722.0	Outras		14.558,50			
75	Trabalhos para a própria Instituição					
750	Para autoconsumos					
751.5	Para outros					
73	Proveitos suplementares					
74	Comparticipações e subsídios à exploração	8.677,40	377.999,14	214.643,69	25.159,20	0,00
741	Do sector público administrativo	8.677,40	377.999,14	214.643,69	25.159,20	0,00
7411	Centro Reginal de Segurança Social	3.677,40	317.504,61	20.155,20	25.159,20	
7414.0	Outros	5.000,00	60.494,53	194.488,49		
742.0	De outros sectores					
76	Outros Proveitos Operacionais		169.097,33			
	Variação de Produção					
	Subtotal (1)	33.118,65	928.907,64	267.123,15	97.455,76	0,00
91	C.M.V.M.C.	1.966,84	122.991,96	52.606,63	0,00	0,00
91011	Gêneros alimentares	1.966,84	98.944,88	52.606,63		
91-01011	Outros		24.047,08			
92	Fornecimentos e serviços externos	18.194,24	130.753,78	53.143,93	78.356,69	
9211	Exploração de refeitórios					
9221.1/4	Electricidade,combustivel, água e outros fluidos	7.464,40	43.542,38	18.661,02	3.833,47	
92217	Material de escritório	237,57	1.385,81	593,92	237,57	
92237	Rep.conserv.e adapt.em equip.e edif.alugados					
94	Outros fornecimentos e serviços externos	10.492,27	85.825,59	33.888,99	74.285,65	0,00
941	Custos com pessoal	67.695,98	394.893,19	169.239,95	67.695,97	0,00
9411	Remunerações certas	39.664,09	231.373,86	99.160,23	39.664,09	
9412	Remunerações adicionais	15.152,08	88.387,13	37.880,21	15.152,07	
943	Formação profissional	1.258,98	7.344,03	3.147,44	1.258,98	
945	Encargos sobre remunerações	10.672,40	62.255,65	26.680,99	10.672,40	
946	Seguros	583,15	3.285,05	1.407,88	583,15	
947.0	Outros custos com pessoal	385,28	2.247,47	963,20	385,28	
96	Amortizações	7.877,65	45.952,97	19.694,13	7.877,65	
97	Provisões					
93	Impostos		75,00	60,00		
95	Benefícios processados e outros cust.operacionais	0,00	7.353,10	2.069,01	0,00	0,00
951	Benefícios processados					
952	Outros custos operacionais		7.353,10	2.069,01		
	Subtotal (2)	95.734,71	702.020,00	296.813,65	153.930,31	0,00
91	Resultados operacionais (1)-(2)=(3)	-62.616,06	226.887,64	-29.690,50	-56.474,55	0,00

Contas	VALÊNCIAS	5 UCCI	6 LAR DEFICIENTES	8 APOIO DOMICILIÁRIO	9 C.A.I. DE ESPINHO	TOTAL
71	Vendas					32.540,66
72	Prestações	101.979,86	0,00	97.312,84	0,00	697.780,48
721	Matrículas e mensalidades	101.979,86		96.898,84		682.807,98
722.0	Outras			414,00		14.972,50
75	Trabalhos para a própria Instituição					0,00
750	Para autoconsumos					0,00
751.5	Para outros					0,00
73	Proveitos suplementares					0,00
74	Comparticipações e subsídios à exploração	636.358,67	31.547,56	143.051,70	0,00	1.437.437,36
741	Do sector público administrativo	636.358,67	31.547,56	143.051,70	0,00	1.437.437,36
7411	Centro Reginal de Segurança Social	635.878,67	31.547,56	143.051,70		1.176.974,34
7414.0	Outros	480,00				260.463,02
742.0	De outros sectores					0,00
76	Outros Proveitos Operacionais			4.580,96		173.678,29
	Variação de Produção					0,00
	Subtotal (1)	738.338,53	31.547,56	244.945,50	0,00	2.341.436,79
91	C.M.V.M.C.	20.889,23	0,00	0,00	0,00	198.454,66
91011	Gêneros alimentares	16.671,23				170.189,58
91-01011	Outros	4.218,00				28.265,08
92	Fornecimentos e serviços externos	260.616,91		108.033,97		426.727,94
9211	Exploração de refeitórios					0,00
9221.1/4	Electricidade,combustivel, água e outros fluidos	42.288,32		14.938,83		130.728,42
92217	Material de escritório	2.509,83	0,00	475,13		5.439,83
92237	Rep.conserv.e adapt.em equip.e edif.alugados					0,00
94	Outros fornecimentos e serviços externos	215.818,76	0,00	92.620,01	0,00	290.559,69
941	Custos com pessoal	383.610,53	0,00	135.391,94	0,00	1.218.527,56
9411	Remunerações certas	224.763,18		79.328,18		713.953,63
9412	Remunerações adicionais	85.861,77		30.304,14		272.737,40
943	Formação profissional	7.134,20		2.517,96		22.661,59
945	Encargos sobre remunerações	60.476,92		21.344,80		192.103,16
946	Seguros	3.191,19		1.126,32		10.136,72
947.0	Outros custos com pessoal	2.183,27		770,56		6.935,06
96	Amortizações	44.640,03		15.755,32		141.797,75
97	Provisões					0,00
93	Impostos					135,00
95	Benefícios processados e outros cust.operacionais	4.500,00	0,00	0,00	0,00	13.922,11
951	Benefícios processados					0,00
952	Outros custos operacionais	4.500,00				13.922,11
	Subtotal (2)	714.256,70	0,00	259.181,23	0,00	2.221.936,60
91	Resultados operacionais (1)-(2)=(3)	24.081,83	31.547,56	-14.235,73	0,00	119.500,19

PROCESSADO POR CONFISCO

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA.

OUTRAS ACTIVIDADES						TOTAL
Contas						
71	Vendas					0,00
72	Prestações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
721	Matriculas e mensalidades					0,00
722	Outras					0,00
73	Trabalhos para a própria instituição	0,00	0,00	0,00		0,00
738	Para autoconsumos	0,00	0,00	0,00		0,00
7315	Para outros	0,00	0,00	0,00		0,00
73	Proveitos suplementares	0,00	0,00	0,00		0,00
74	Com participações e subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00		0,00
741	Do sector público administrativo	0,00	0,00	0,00		0,00
7411	Centro Reginal de Segurança Social					0,00
7414/5	Outros					0,00
742/3	De outros sectores					0,00
76	Outros Proveitos Operacionais					0,00
	Variação de Produção					0,00
	Subtotal (1)	0,00	0,00	0,00	0,00	2 341.436,79
81	C.M.V.M.C.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81011	Géneros alimentares					0,00
81-81011	Outros					0,00
82	Fornecimentos e serviços externos					0,00
8211	Exploração de refeitórios	0,00	0,00	0,00		0,00
82211/4	Electricidade, combustível, água e outros fluidos					0,00
82217	Material de escritório					0,00
82227	Rep. conserv. e adapt. em equip. e edif. alugados					0,00
82	Outros fornecimentos e serviços externos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Custos com pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8411	Remunerações certas					0,00
8412	Remunerações adicionais					0,00
843	Formação profissional					0,00
845	Encargos sobre remunerações					0,00
846	Seguros					0,00
847/8	Outros custos com pessoal					0,00
85	Amortizações					0,00
87	Provisões	0,00	0,00	0,00		0,00
88	Impostos					0,00
85	Benefícios processados e outros cust. operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
851	Benefícios processados	0,00	0,00	0,00		0,00
852	Outros custos operacionais					0,00
	Subtotal (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	2 221.936,80
91	Resultados operacionais (1)-(2)=(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	119.500,19
92	Proveitos e ganhos financeiros (4)					4.062,36
93	Custos e perdas financeiras (5)					2.391,09
92	Resultados financeiros (4)-(5)=(6)					1.691,27
94	Proveitos e ganhos extraordinários (7)					
95	Custos e perdas extraordinárias (8)					
94	Resultados extraordinários (7)-(8)=(9)					0,00
99	Resultado líquido do exercício (3)+(6)+(9)					121.191,46



ANEXO 2013

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA

1-Introdução

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pela Norma de contabilidade e relato financeiro para entidades do sector não lucrativo.

O presente documento não constitui um formulário relativo às notas do anexo, mas tão só uma compilação das divulgações exigidas pela norma referida, caso aplicáveis á entidade.

A Santa Casa da misericórdia de Mortágua é uma instituição particular de solidariedade social, reconhecida oficialmente.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no Sistema de Normalização Contabilística, (NCRF-ESNL).

1.1 – Identificação da entidade.

Santa Casa da Misericórdia de Mortágua

Sede na Rua Dr. António José Branquinho da Fonseca, n.º 4, 3450-151 Mortágua

Contribuinte n.º - 501103546

1.2- Gestão do risco

A entidade seguiu, ao nível da gestão de risco, a política adoptada pela Mesa.

a) Risco de Crédito

i) Créditos sobre Utentes

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Utentes, relacionados com a actividade operacional.

O principal objectivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efectiva dos recebimentos operacionais de Utentes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Utentes, a entidade:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito;
- Possui equipa dedicada à gestão do crédito e das cobranças;
- Estabelece e acompanha os crédito dos seus Utentes, monitorizando a exposição efectiva;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

ii) Outros activos financeiros para além de Créditos sobre Utentes

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA

Para além dos activos resultantes das actividades operacionais, a sociedade detém activos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários, investimentos financeiros. Consequentemente existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos.

b) Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, tem por objectivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas actividades, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

2.1- Referencial contabilístico adoptado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas na Portaria 105/2011 Modelos das demonstrações Financeira, e Aviso 6726-B/2011, Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL).

2.2 - Indicação e justificação das disposições da (NCRF-ESNL) que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições da (NCRF-ESNL).

2.3 - Indicação e comentário das contas do Balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2013 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício de 2012.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

ACTIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao activo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2012 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos encontram-se ainda deduzidos da restituição de IVA obtido no período. Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (NCRF 8) (prejudicado)

LOCAÇÕES (NCRF 9) (prejudicado)

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os juros de empréstimos obtidos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. A Entidade considera que um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF11)

Os activos fixos tangíveis são classificados como propriedades de investimento quando detidos com o objectivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

IMPARIDADE DE ACTIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efectuada uma avaliação da existência objectiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os activos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (NCRF13) ***(prejudicado)***

CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS (NCRF 14) ***(prejudicado)***

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15) ***(prejudicado)***

EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (NCRF16) ***(prejudicado)***

AGRICULTURA (NCRF 17) ***(prejudicado)***

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o custo médio de aquisição e o respectivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos com a sua alienação).

CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (NCRF 19) ***(prejudicado)***

RÉDITO (NCRF 20)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES (NCRF 21) ***(prejudicado)***

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de activos tangíveis e intangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos activos subsidiados.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23) ***(prejudicado)***

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25) ***(prejudicado)***

MATÉRIAS AMBIENTAIS (NCRF 26) ***(prejudicado)***

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)
(prejudicado)

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo.
- Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

3.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes:

3.3 • Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das Demonstrações financeiras, a mesa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

3.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4 – Fluxos de caixa

4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso: (prejudicado)

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Quantia escriturada e movimentos no período	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	7.900,58	487.760,71	494.081,86	1.579,43
Depósitos à ordem	664.632,85	2.767.261,06	2.583.463,01	848.430,90
Outros depósitos bancários	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
Total de caixa e depósitos bancários	922.533,43	3.255.021,77	3.077.544,87	1.100.010,33

5– Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas Contabilísticas e erros. (prejudicado)

6 – Partes relacionadas

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA

(prejudicado)

7 – Activos intangíveis

(ver nota 3)

Rubricas	Sicial	Reavaliações	Aumentos			Alienações	Tabetes	Sfinal
			FDDAC	Outros subsídios	Outros financeiros			
Activos intangíveis								
Despesa de instalação								
Despesa de inv. e desenvolvimento	2.038,10			18.343,62				20.381,72
Propriedade industrial e outros direitos				4.282,86				4.282,86
Imobilizações em curso								
Adiant. para o Imob. incorpóreas								
Total	2.038,10			22.626,48		0,00	0,00	24.664,58

MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES DAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2013

Rubricas	S.inicial	Reforço	Regularizações	S.final
Activos intangíveis:				
Despesa de instalação				
Despesa de inv. e desenvolvimento	4.075,00	8.799,27		12.874,27
Propriedade industrial e outros direitos				
Total	4.075,00	8.799,27	0,00	12.874,27

8 – Activos fixos tangíveis

(ver nota 3)

Rubricas	Sicial	Reavaliações	Aumentos			Alienações	Tabetes	Sfinal
			FDDAC	Outros subsídios	Outros financeiros			
Activos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	121.917,55			0,00				121.917,55
Edifícios e outras construções	1.991.524,99			0,00				1.991.524,99
Equipamento básico	488.614,72			88.843,33				577.458,05
Equipamento de transporte	374.892,77			0,00				374.892,77
Ferramentas e utensílios	0,00			0,00				0,00
Equipamento administrativo	161.637,85			7.808,04				169.445,89
Taras e vasilhame				0,00				
Outras imobilizações corpóreas	225.049,84			0,00				225.049,84
Imobilizações em curso	1.664.092,97			189.953,08			170.236,31	1.663.809,74
Adiant. para o Imob. incorpóreas								
Total	5.007.700,61			286.604,41		0,00	170.236,31	5.104.128,73

Rubricas	S.inicial	Reforço	Regularizações	S.final
Activos tangíveis:				
Terrenos e recursos naturais				0,00
Edifícios e outras construções	578.005,67	37.752,00		615.757,67
Equipamento básico	352.515,00	120.225,13		472.740,13
Equipamento de transporte	386.340,60	23.568,66	-35.016,49	374.892,77
Ferramentas e utensílios	0,00			0,00
Equipamento administrativo	184.937,11	6.188,68	-35.000,00	156.125,79
Taras e vasilhame				0,00
Outras imobilizações corpóreas	174.600,17	15.280,50		189.880,67
Total	1.676.398,55	203.014,97	-70.016,49	1.809.397,03

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA

9– Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

(prejudicado)

10 – Locações

(prejudicado)

11 – Custos de empréstimos obtidos

(ver nota 3)

12 – Propriedades de investimento

(prejudicado)

13 – Imparidade de activos

(prejudicado)

14 – Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

(prejudicado)

15 – Concentrações de actividades empresariais

(prejudicado)

16 – Investimentos em subsidiárias e consolidação

(prejudicado)

17 – Exploração e avaliação de recursos minerais

(prejudicado)

18 – Agricultura

(prejudicado)

19 – Inventários

(ver nota 3)

EXERCÍCIO 2013		
MOVIMENTOS	MERCADORIAS	M.PRIMAS SUBS. E CONSUMO
Existências iniciais.....	18.973,89	9.282,19
Compras.....	36.088,64	364.622,07
Autoconsumos.....		
Regularização de existências.....		
Existências finais.....	26.797,45	12.025,58
Custo no exercício.....	28.265,08	361.878,68

20 – Contratos de construção

PROCESSADO POR CONFISCO

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA

(prejudicado)

21 – Rédito

(ver nota 3)

22 – Subsídios do Governo e apoios do governo

(ver nota 3)

23 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

(prejudicado)

24 – Acontecimentos após a data do balanço

Após a data de balanço não existiram quaisquer acontecimentos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras

25 – Impostos sobre o rendimento

(prejudicado)

26 – Matérias ambientais

(prejudicado)

27 – Instrumentos financeiros

(prejudicado)

28 – Benefício dos empregados

(ver nota 3)

29 – Divulgações exigidas por diplomas legais

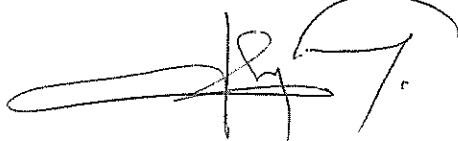
(prejudicado)

30 – Outras informações

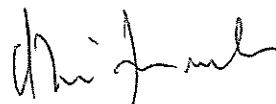
(prejudicado)

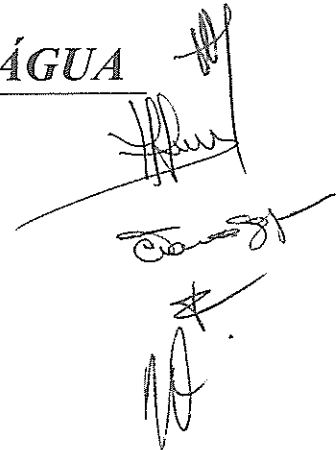
Mortágua, 17 de Março de 2014

O Técnico Oficial de Contas



O Provedor





DIVERSOS 2013

CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO DE CUSTOS

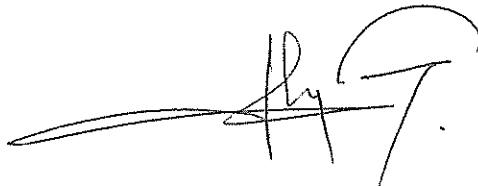
Hugo Alexandre de Oliveira Fonseca
Contribuinte nº 145137341
TOC nº 51907

Eu, Hugo Alexandre de Oliveira Fonseca, Contribuinte nº 145137341, TOC nº 51907 da Santa Casa de Misericórdia de Mortágua, Contribuinte nº 501103546, venho por este meio explicitar os critérios de imputação dos gastos às várias respostas sociais desenvolvidas.

Assim, sempre que possível os gastos foram imputados por afectação real, às várias respostas sociais. Quando não possível estes gastos foram repartidos com chaves de repartição variáveis, de cálculo pontual e caso a caso, nos gastos mais representativos.

O critério mais empregado e que serviu de base ao cálculo destes coeficientes, tem a ver com a ponderação pelo número de funcionários envolvidos em cada resposta social, ou no caso de ser mais expressivo o número médio de funcionários afectos a cada resposta.

Mortágua, 31 de Dezembro de 2013



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE FINAL DE EXERCÍCIO

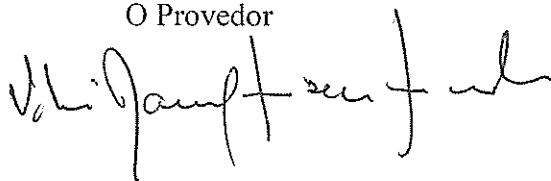
Mortágua, 31 de Dezembro de 2013

Nos termos do previsto no nº 6 do artigo 12º do Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas, emite-se a presente declaração a pedido de Hugo Alexandre de Oliveira Fonseca, Técnico Oficial de Contas nº 51907 a quem compete a planificação, organização e execução da nossa contabilidade e assumpção da responsabilidade técnica, em termos contabilísticos e fiscais.

Para tanto, declaramos tal como é nosso dever, que:

- Não foram omitidos quaisquer documentos, correspondência relevante, actas das reuniões, tendo sido prestadas todas as informações adicionais para melhor compreensão dos mesmos.
- Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes que afectam a situação da Instituição.
- A Instituição não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade para além dos divulgados nas demonstrações financeiras.
- Não existem acordos em quaisquer instituições envolvendo compensações de saldos, restrições de movimentos de dinheiro ou linhas de crédito, para além dos divulgados.
- Não existem irregularidades envolvendo os órgãos sociais que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.
- Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais.
- Não temos projectos ou acções em curso que possam afectar a continuidade das operações e da Instituição.
- Todas as situações que possam afectar as demonstrações financeiras e fiscais foram comunicadas em devido tempo.

O Provedor



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA

Parecer do Conselho Fiscal

No cumprimento da alínea f) do artigo 49º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, o Definitório ou Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, submete à apreciação dos Senhores Associados / Irmãos o Parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência do exercício económico de 2013.

O Conselho Fiscal foi empossado no início do corrente ano e, portanto, não acompanhou a atividade da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua no período em análise. Contudo, os contactos com membros da Mesa Administrativa, Serviços Administrativos e Técnico Oficial de Contas e a análise de documentos contabilísticos, geram a convicção nos membros do Conselho Fiscal de que o Relatório e Contas de Gerência de 2013 é um documento que traduz devidamente a actividade desenvolvida e a situação económica e financeira da instituição.

Face ao exposto, expressamos o nosso Parecer no sentido de que seja aprovado pela Assembleia Geral o Relatório e Contas de Gerência de 2013.

Mortágua, 24 de março de 2014

O Definitório ou Conselho Fiscal,

José Manuel de Matos Carvalho (Presidente)



João António Cardoso (Vogal)



Ivone Oliveira Dinis (Vogal)

